

HÁ COMPATIBILIDADE ENTRE A
“TECNOLOGIA SOCIAL” DE NELSON E A
“CAUSALIDADE VEBLENIANA” DE HODGSON?

Octavio A. C. Conceição*

RESUMO:

Esse artigo busca discutir o papel e a relação entre o conceito de instituições e o processo de crescimento econômico. Vários fatores contribuem para estabelecer esse nexo de causalidade. Entretanto, as abordagens neo-schumpeteriana e institucionalista percebem-no, através de uma nova agenda de pesquisa diferenciada e oposta à visão do *mainstream* econômico. Assim, na primeira parte do artigo discutiremos a agenda de pesquisa proposta por Richard Nelson, que vê que o desvendamento de tal relação se daria através do desempacotamento do conceito de instituição, que seria articulado com a noção de “tecnologia social”. Na segunda parte do artigo discutiremos a contribuição de Geoffrey Hodgson nesse tema, que procura inseri-lo dentro de uma perspectiva evolucionária, que tem nos hábitos, normas e padrões de comportamento dos indivíduos seu traço analítico mais relevante, o que contrasta com a racionalidade ortodoxa, que mantém suas preferências dadas. Daí a importância de relação entre indivíduos e instituições, que, retomando a tradição de Veblen, é central em sua ontologia.

ABSTRACT:

This paper aims to discuss the role and the relationship among the concept of institutions and the economic growth process. Many elements establish these causality nexus. However the Neo-Schumpeterian and Institutional approaches regard it as a new research agenda which is differentiated and opposite to the mainstream. So in the first part of the paper we discuss the research agenda proposed by Richard Nelson who emphasizes the necessity to unpack the institution concept throughout the social technology notion, proposed by him. In the second part we discuss Geoffrey Hodgson's contribution that prefers insert this process in an evolutionary perspective, which has in habits, norms and social behavior his major characteristic. This emphasis contrasts with the orthodox rationality of the given preferences. That is the reason why the relation among individuals and institutions is so important, as emphasized by Veblen in his ontology.

CLASSIFICAÇÃO JEL: B52, B25.

ÁREA E SUB-ÁREA: 1.1. Metodologia e Caminhos da Ciência

* Economista, Técnico da Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS) e Professor Adjunto do Programa de Pós Graduação em Economia da UFRGS. Email: octavio@fee.tche.br.

The objective of this essay has been to suggest a design for an intellectual bridge between the body of writing by economists on the roles that institutions and institutional change play in economic growth, and the body of writing on technological advance. My basic proposal is that the concept of “social technologies”, which complement “physical” technologies, and of “institutions” as the structures and forces which support and hold in place social technologies, together point the way to a bridge design.

Nelson, 2008

Instead of the macro economy being treated as a magnified representative individual, social structure has to be introduced in a population of heterogeneous individuals. This is another open door for institutional analysis.

Hodgson, 2007

O período de fortes turbulências econômicas que atravessamos recentemente trouxe à tona “velhas” e defensáveis idéias, que o *mainstream* neoclássico, tão vigoroso nas últimas duas décadas e meia, insistiu em ofuscar, desqualificar e omitir, simplesmente por fugir da elegância formal dos modelos matemáticos, cuja hegemonia parecia ter triunfado. Alertas das correntes não ortodoxas pareciam não ecoar em suas concepções econômicas de mundo, dominadas pelas noções de racionalidade substantiva, pelos fundamentos de otimalidade macroeconômica e pelas expectativas racionais dos agentes, que tudo acomodavam. Sob esse pressuposto garantia-se, assim, um ambiente de estabilidade “solidamente” ancorado nas condições de longo prazo, forjada em seus próprios fundamentos doutrinários. Assim, estabelecia-se (com a garantia da confiança nos agentes racionais) o futuro para a riqueza das nações, dada por uma trajetória implacavelmente estável, duradoura e com progresso técnico, automaticamente alcançado pelos ganhos de produtividade do crescimento estável e, por assim dizer, auto-sustentado.

Sinais evidentes do esfacelamento dessa era começaram a surgir em meados de 2007, então diagnosticado por “bolha imobiliária” na economia norte-americana. Seus efeitos nefastos, agravados pela falta de regulamentação adequada e crença no automatismo dos mercados – que insistia em ver choques externos, invés de crises sistêmicas – eram visíveis para várias correntes heterodoxas e desprezadas pela maioria “bem-informada” do planeta. Isso explica, em parte, o vigor teórico e a relevância da contribuição de Minsky, que ressurge nos dias de hoje, não com surpresa, como grande referência do pensamento pós-keynesiano, devido à densidade de suas análises sobre instabilidade financeira.

O agravamento da crise em 2008 revigorou o olhar keynesiano sobre as dinâmicas das economias capitalistas, sugerindo a novidade e “surpreendente” atualidade de seus ensinamentos, os quais, da longínqua década de 30 - que parecia sepultada, porque “superada” historicamente -, explicitavam, com notável clareza, a dimensão da atual crise financeira. Os mercados exigiam intervenção estatal para garantir, através de seus mecanismos de ação coletiva, o retorno à prosperidade e à superação da crise. Isto pouco tem a ver – ou deixou de ter - com ganância estatal generalizada e muito menos com o temor inflacionário, que, até então, constituía, para a maioria dos críticos ao keynesianismo, e equivocadamente, a essência de sua teoria. Reivindicasse, atualmente, uma revisão da desregulamentação dos mercados e uma feroz disciplina financeira comandada pelo Estado, agora chamado a organizar o caos financeiro.

A crise atual decorre do esgotamento da fase anterior de prosperidade econômica, que persistiu desde meados dos anos 80 até meados da atual década, liderada pelos Estados Unidos, seguida pelas maiores economias européias, além de China e Japão, que, sob a égida da liberalização e flexibilização dos mercados, imprimiram notável vigor à financeirização. Do ponto de vista produtivo e tecnológico, tal articulação foi comandada pela microeletrônica, pela indústria da informática e setores afins, em uma engrenagem tecno-econômica, que os neo-schumpeterianos¹ designaram de “paradigma tecnológico da informação”. Tal paradigma, por sua vez, sucedera o paradigma da produção em massa, também designado genericamente de fordismo, que se esgotara em meados dos anos 60².

O que permitiu esse relativamente longo período de prosperidade? Vários fatores concorreram para isso, mas não é objetivo desse artigo explorá-los nesse momento. O que interessa argumentar aqui é que foi gestado, nessa etapa, um importante período de crescimento econômico, cujas raízes encontram-se na montagem de um processo tecnológico, institucional e consequentemente econômico, que parece ter dado sinais de esgotamento. Estamos caminhando com a presente crise para uma nova etapa ou era de crescimento econômico, cujos contornos não estão ainda claros.

¹ Por neo-schumpeterianos incluímos toda a tradição herdeira do legado de Joseph Schumpeter, cuja ênfase se dá na dinâmica da inovação e da mudança tecnológica. Seus principais expoentes são Nelson & Winter (1982), Giovanni Dosi (1988), Christopher Freeman (1995) e Carlota Perez (1989).

² O termo fordismo foi criado, nos anos 80, pela denominada escola francesa da regulação, que, na época, ocupava-se com a explicação da natureza da crise do “fordismo”. Para eles, seriam as “formas institucionais de estrutura” que constituiriam o principal instrumento conceitual para distinguir as fases de crise e restauração econômica. Alguns de seus expoentes foram Aglietta (1976), Lipietz (1989), Boyer (1991) e Coriat (1990).

Invertendo a questão, caberia indagar em que base se deu a crise? A resposta envolve a própria noção de crescimento econômico que buscaremos discutir. Entendemos crescimento econômico como um processo de longo prazo, sustentado por vários fatores econômicos, sociais, políticos, institucionais e tecnológicos, que asseguraram a expansão duradoura do capitalismo. Várias escolas e abordagens trataram dessa questão, mas de forma diferenciada, ora com alguma convergência, ora com profundas divergências.

No plano das convergências, pode-se afirmar que a contribuição de autores como Marx, Keynes, Schumpeter (e Clássicos, como Smith, Ricardo, Malthus, e neoclássicos, como Marshall) empreenderam esforços analíticos para compreender os processos de mudança e de transformação implícitos no mecanismo de funcionamento do sistema econômico. Para eles, seria impossível o entendimento da natureza e a dinâmica do processo de crescimento econômico, sem a compreensão do tipo de mudanças envolvidas entre uma etapa de crescimento e outra. Vale dizer, são as transformações gestadas na base do sistema econômico *lato sensu* que permitem a compreensão de um novo paradigma tecnológico, na linguagem dos neo-schumpeterianos, ou de uma nova regulação, em termos regulacionistas, capaz de articular um surto virtuoso de acumulação de capital.

O objetivo central desse texto é tentar discutir a relação entre a questão da mudança tecnológica e institucional com o referido processo de crescimento. A resposta será dada através dos enfoques que autores como Richard Nelson, no lado neo-schumpeteriano, e Geoffrey Hodgson, no lado institucionalista, proporão de forma correlata a esse tema.

A escola neo-schumpeteriana vincula de forma mais precisa tecnologia e instituições, advogando a supremacia do processo de inovação e mudança tecnológica sobre os rumos do crescimento econômico. E o enfoque institucionalista contempla a inclusão dos indivíduos, seus hábitos e idiossincrasias na definição de estratégias institucionalizadas, que originarão o referido processo. É da discussão dos pontos centrais da agenda de pesquisa proposta por Nelson que trataremos no próximo item. E no item 2, na sequência, discutiremos os pontos centrais da agenda evolucionária vebleniana proposta por Hodgson. No final apresentaremos algumas considerações finais.

1. A AGENDA DE PESQUISA EVOLUCIONISTA SOBRE CRESCIMENTO E TECNOLOGIA

Nelson (2002) argumenta que os economistas que vêm mais contribuindo para o desenvolvimento da teoria de crescimento evolucionária, ao longo dos últimos vinte anos, têm se motivado nessa tarefa pela percepção de que a teoria neoclássica de crescimento econômico, embora assinalando que a mudança tecnológica exerce papel central no mesmo, é inadequada para caracterizar abstratamente tal processo. Mais especificamente, é incapaz de tratar o processo de crescimento econômico desencadeado pela mudança tecnológica, como ele próprio o fez, em parceria com Winter, em sua obra clássica (Nelson e Winter, 1982). Em particular, o modelo neoclássico desconsidera o fato de que os esforços para o avanço tecnológico são, em grande medida, “cegos” (Nelson, 2002, p. 17).

Reconhecendo o mérito e os avanços na forma de incorporá-lo teoricamente - como no caso de diferentes inventores e equipes de P&D, que permitiram avançar em diferentes áreas – saliente-se, entretanto, que essas conquistas são impossíveis de serem previstas, no sentido de captar o avanço inerente a elas. A noção de que o avanço tecnológico se dá através de um “processo evolucionário” tem se desenvolvido, de forma independente, por estudiosos que atuam em várias disciplinas, como na sociologia, na história da tecnologia e na modelagem econômica (Nelson and Winter, 1982; Metcalfe, 1998; Saviotti, 1996 *apud* Nelson, 2002, p. 17).

Entretanto, a contribuição dos modernos economistas evolucionários sobre mudança tecnológica, preocupados com o papel das instituições no desenvolvimento econômico, tem tido poucos interlocutores. Por essa razão, o artigo de Nelson (2002, p. 18) serve como uma ponte para que as tradições intelectuais evolucionárias e institucionalistas possam seguir um caminho conjunto. Tal conjunção não constitui novidade, porque, mesmo antes que a moderna teoria neoclássica ganhasse a atual preponderância, a maior parte da análise econômica era tanto evolucionária, quanto institucionalista. Por mais estranho que essa afirmação possa parecer aos céticos em relação a essa abordagem, Nelson salienta que:

“Thus, Adam Smith’s analysis concerned with how “the division of labor is limited by the extent of the market” and, in particular, his famous pinmaking example, certainly fits the mold of what I would call evolutionary theorizing about economic change. Indeed, his analysis is very much one about the co-evolution of physical technologies and the organization of work, with the latter,

I would argue, very much a notion about “institutions”. In many other places in “The Wealth of Nations”, Smith is expressly concerned with the broader institutional structure of nations, in a way that certainly is consonant with the perspectives of modern institutional economics. Karl Marx of course was both an evolutionary theorist and an institutional theorist. If you consider the broad scan of his writing, so too was Alfred Marshall. Thus, evolutionary growth theorizing that encompasses institutions in an essential way has a long and honorable tradition in economics.” (Nelson, 2002, p. 18 e 19).

Sob esse aspecto, a ascensão hegemônica da teoria econômica neoclássica reduziu notavelmente o escopo intelectual implícito nas referidas abordagens, tornando a análise econômica evolucionária e institucionalista um corpo de estranho à teoria econômica. A tendência de dissonância em relação a essa hegemonia, no sentido de consolidação de uma trajetória própria, começou a ganhar espaço nos Estados Unidos principalmente com a contribuição de Commons, que ajudou a definir a escola institucional Americana. Sua análise, entretanto, segundo Nelson, não era muito evolucionária. Nem Coase, que mais tarde deu substância à Nova Economia Institucional, assumiu tal caráter.

Há fortes afinidades entre a forma comum do *core* de pressupostos e percepções entre economia institucional - pelo menos aqueles pertencentes à escola de North - e a moderna economia evolucionária³. Por isso, há razões para que ambas correntes juntem suas forças: elas têm uma premissa central de que a ação humana e as interações são resultantes e resultam de hábitos de ação e de pensamento. Isto implica a rejeição do princípio de “maximização” enquanto “processo” de caracterização da forma como os homens agem. Há também a rejeição da noção friedmaniana, segundo a qual, se os homens não se orientam através do cálculo maximizador, comportam-se “como se” – o princípio do *as if* – o fizessem. Para os campos de pesquisa tanto institucionalistas, quanto evolucionários:

“...patterns of action need to be understood in behavioral terms, with improvements over time being explained as occurring through process of individual and collective learning. For economic evolutionary theorists, this exactly defines the nature of an evolutionary process.” (op. cit., p. 20).

³ Surpreendentemente e apesar de Schumpeter, em seus trabalhos, criticar o Antigo Institucionalismo por falta de uma teoria que lhe permitisse avançar teoricamente (Hodgson, 1998), Nelson enfatiza que: “*Schumpeter (1942), whose work arguably has provided the starting point for modern evolutionary economics, is seldom footnoted by self-professed institutionalists, despite the fact that Schumpeter was very much concerned with economic institutions. And Schumpeter’s institutional orientation was ignored, as well, in the early writings of the evolutionary economists who cited Schumpeter as their inspiration.*” (Nelson, 2002, p. 19).

Por isso os estudiosos desses dois campos têm aumentado seus interesses na compreensão dos determinantes da *performance* econômica e como essa diferencia as nações ao longo do tempo. Os modernos teóricos evolucionários enfocam centralmente o que chamam de “tecnologias”. E os economistas institucionalistas enfocam predominantemente as instituições. Para Nelson, o casamento entre ambos é bastante viável. Para tanto, faz-se necessária a incorporação de alguns conceitos, como o das “rotinas” e o de “tecnologia social”, como inerentemente vinculados às instituições. Assim, finalmente, incorporar-se-iam as instituições em uma teoria evolucionária de crescimento econômico.

1.1. A AGENDA DE PESQUISA PROPOSTA POR NELSON REVISITADA

A literatura econômica recente de natureza heterodoxa⁴ tem alertado sobre a necessidade de se estabelecer uma nova agenda de pesquisa, que contemple, dentro de um marco analítico em gestação, a relação entre instituições, tecnologia e o processo de crescimento econômico. Nesse sentido, tentaremos explorar as idéias desenvolvidas por Richard Nelson, em seu artigo de 2008, intitulado “*What enables rapid economic progress: What are the needed institutions?*”. Esse artigo traz novos e mais precisos elementos para o debate teórico acerca da relação entre o processo de incorporação tecnológica, a natureza das relações institucionais e a influência recíproca e indissociável de ambos sobre a forma assumida pelo processo de crescimento. Saliente-se que Nelson vem, há longa data, se preocupando enfaticamente com essa questão (Nelson, 1995, 1998 e 2002).

Para o referido autor, as instituições têm assumido papel central entre economistas e estudiosos dos processos de crescimento econômico. E em tais análises são elas que levam à diferenciação e heterogeneidade do crescimento econômico entre nações. O que lhe chama a atenção, com o que concordamos integralmente, é que pouquíssimas análises buscam entender a forma pela qual o referido “papel das instituições” tem sido explorado analiticamente. Há quase absoluta omissão no tratamento dessa questão. Assim, conectar os pontos de ligação entre instituições e crescimento implica estabelecer uma coerente análise das relações entre instituições, mudança institucional e avanço tecnológico. É nesse ponto que surge o conceito de

“tecnologia social”, que serve como suporte analítico e diferenciado à noção, já estabelecida, de “tecnologias físicas”. Essa junção constituiria um novo tipo de análise.

Partindo dos estudos de Douglass North, da Nova Economia Institucional (NEI), que, desde o início dos anos 90, tem enfatizado a importância das *right institutions* como explicação central para o progresso econômico, tem-se constatado uma mudança de rumo em seu enfoque. A forma como as instituições afetam a eficiência, em termos de alocação econômica - bem ao gosto da visão neoclássica de convergência ao estado ótimo - vem sendo substituída por um nexo teórico mais evolucionista, onde ao invés da idéia de alocação eficiente, a noção de mudança institucional passa a ser mais importante.

Entretanto, para a NEI, a noção de avanço tecnológico, tão importante para os neo-schumpeterianos, raramente é mencionada em North, pelo menos em seus primeiros trabalhos dos anos 90. Tal fato constitui, na ótica neoschumpeteriana, uma séria limitação analítica no que tange à compreensão da fonte do progresso econômico, já que, há pelo menos dois séculos, o avanço tecnológico tem sido considerado como a força motora do referido processo.

O desafio atual é avançar nesse ponto tentando compreender o papel das instituições e da mudança institucional no processo de crescimento econômico através da análise de como essas variáveis (ou conceitos) articulam-se com a mudança tecnológica. Essa proposição articula institucionalistas com evolucionários e abre um enorme campo de análise, já com expressiva contribuição de ambas as correntes. Saliente-se que um número crescente de estudos vem trazendo as instituições para suas respectivas análises, particularmente no tratamento de questões ligadas ao conceito de sistemas de inovação (Dosi *et al.* (1988), Freeman (1988), Lundvall (1988) e Nelson (1988) *apud* Nelson, 2008).

Entretanto, para a construção de uma ponte entre a explicação de como as instituições e as mudanças institucionais relacionam-se com as mudanças tecnológicas, dois obstáculos se impõem. Em primeiro lugar, não há unidade conceitual entre os autores sobre o que entendem que deva ser o conceito de instituição. A diversidade de significados é problemática por impedir a cumulatividade no respectivo campo de pesquisa e por obstaculizar uma maior vinculação entre eles. Em segundo lugar, a forma através da qual as instituições são tratadas na literatura sobre

⁴ Por heterodoxa, entendemos as abordagens oriundas das contribuições dos neo-schumpeterianos, pós-keynesianos, institucionalistas e evolucionários, conforme proposição sugerida em Lawson (2006).

crescimento econômico dificultam a apreensão de como elas se ajustam ou se ligam à teoria de crescimento orientada pelo avanço tecnológico.

Um terceiro ponto que consideramos relevante é que a “desagregação” do termo instituição é de grande importância para a teoria econômica, notadamente na construção do nexos teórico para uma integração micro-macro. Até que ponto as decisões individuais, baseadas em crenças, expectativas e intuições podem se materializar no agregado *ex post* de um ambiente favorável ao crescimento auto-sustentado (?) e duradouro? E qual o papel das instituições nesse processo? Elas atuam no plano macro ou no plano micro? Suspeita-se que, conforme a definição ou corrente adotada, atuarão de uma ou outra forma⁵.

Embora Nelson (2008) considere viável a ponte entre instituições e mudança tecnológica, que se iniciaria com o “desempacotamento” do conceito de instituição, consideramos que não se trata apenas de desempacotá-lo, mas estabelecer os limites conceituais nos planos micro e macro.

Para desempacotar tal conceito Nelson propõe que pesquisadores e economistas estudiosos dos sistemas de inovação concentrem-se nas explicações dos métodos prevalentes na forma de fazer as coisas em contextos diferenciados, cujas ações e interações entre as partes determinam o que é alcançado. Daí, a relevância da coordenação efetiva como elemento crucial para a boa *performance*. Esse conjunto de ações é designado de “tecnologia social” e foi concebido em Nelson e Sampat (2001). Entretanto, para dotar de funcionalidade o referido conceito, é fundamental discutir o que vem a ser “instituição”.

1.2. REDEFININDO O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO

Em uma primeira aproximação conceitual, Nelson propõe que o termo instituição, no sentido empregado no parágrafo anterior, seja definido basicamente como “*the factors and forces that mold and hold in place social technologies*” (Nelson, 2008, p. 2). Tal definição seria totalmente compatível com o enfoque dado pelos autores de sua tradição teórica e tornaria clara a discussão sobre essa questão. Ou seja, sob essa ótica, a dinâmica do crescimento econômico, orientada pelo avanço tecnológico, constitui um processo evolucionário, como salientado em

⁵ Por exemplo, na ontologia evolucionária derivada de Veblen, que se examinará na sequência, Hodgson (2007) sugere esse nexos através do conceito de *reconstitutive downward causation* (vide Quadro 1). Nesse sentido, o crescimento econômico seria uma propriedade emergente do ambiente micro, centrado nos hábitos, crenças e expectativas de retorno dos agentes, que se materializaria no plano agregado da macroeconomia, conforme o paradigma tecno-econômico vigente.

Nelson & Winter (1982). Daí que a principal tarefa da teoria do crescimento econômico seria construir instituições coerentes com a teoria neo-schumpeteriana ou evolucionária, de forma tal que as vinculassem analiticamente com o avanço tecnológico.

A pergunta que poderíamos fazer é se tal tarefa não reduziria demais o espectro institucionalista herdado da tradição de Veblen? Segundo ela, os hábitos, normas e padrões de comportamento são fundamentais. Nelson não estaria reduzindo essa ampla e complexa dimensão unicamente ao aspecto tecnológico? Julgamos que sim, daí a necessidade de buscar outro tratamento analítico, sem desconsiderar o seu aporte. A nosso ver, a incorporação da ontologia vebleniana conteria os elementos sugeridos por Nelson, sem deixar de avançar analítica e conceitualmente. Essa discussão será retomada na parte final desse artigo.

Como crescimento econômico, para Nelson, envolve a co-evolução de tecnologias físicas e sociais, então as instituições são decisivas para seu efetivo avanço. Algumas instituições podem gerar condições sobre as quais os avanços tecnológicos possam ocorrer e outras sustentam o desenvolvimento de novas tecnologias fundamentais para a direção do crescimento. Porém, como o processo de crescimento e de avanço tecnológico ocorre sob radical incerteza, as instituições podem até mesmo atrapalhar o respectivo avanço, se não houver coordenação e estratégias adequadas em relação à orientação do paradigma tecnológico.

Para Nelson, o processo de mudança institucional influi decisivamente na atividade econômica, porém se desenvolve de maneira muito mais difícil de dirigir e de controlar do que a mudança tecnológica. Esse argumento é também compartilhado pelas várias escolas institucionalistas, desde a Nova Economia Institucional (NEI) até os adeptos do antigo institucionalismo norte-americano de Veblen, Commons e Mitchell. Isso explica porque as instituições prevaletentes são arrastadas mais lentamente em relação aos aumentos da produtividade econômica e aos avanços do progresso técnico. Mais ainda, as reformas podem se dar em direções inesperadas, tortas e sinuosas, e, até mesmo, como dizia Veblen, em sentidos opostos à almejada “eficiência” econômica.

Como exemplo concreto de evolução das instituições Nelson cita a sustentação das biotecnologias nos Estados Unidos para demonstrar quão difícil é avaliar se as instituições vigentes são adequadas, se funcionam bem, se precisam de reformas e de que tipo.

1.3. COMO DESEMPACOTAR O CONCEITO DE INSTITUIÇÕES?

A questão sobre qual o significado do termo instituição deve ser respondida de maneira consistente com o caminho pelo qual o termo será utilizado. Tal noção não pode ser empregada fora do seu respectivo contexto.

É comum entre os economistas defini-la como “as regras básicas do jogo”, no sentido de um amplo regime legal e nas formas de fazer cumprir as regras (*enforcement* segundo North, 1990) e de assegurar normas que restrinjam o comportamento. Esse padrão conceitual está vinculado à NEI, que também associa instituições com “estruturas de governança”, as quais moldam os vários matizes da atividade econômica, tais como as instituições financeiras das nações ou as formas como as firmas se organizam. Essa vertente, que Nelson considera uma variante conceitual em relação à primeira definição, tem em Williamson (1985) seu principal expoente. Reitere-se que tais noções aparentemente díspares são oriundas da NEI, que tem ambos os autores como importantes referências. Não os consideramos antagônicos, nem desvinculados. Embora North reitere sua crítica ao neoclassicismo, ele não é *anti-mainstream*, mas, junto com Williamson, mantém certo distanciamento em relação a qualquer referência à Veblen.

Em uma linha de pensamento mais próxima de Veblen (e, portanto, mais distante da NEI) há outro grupo de economistas que associa instituições aos hábitos, costumes, padrões de comportamento *standard* ou esperados, que atuam em diferentes contextos. Como exemplo, poderia se empregar a aceitação do dinheiro na troca por bens e serviços, ou outros aspectos comportamentais. Veblen é a referência central desses autores, que vinculam as instituições ao contexto evolucionário. Para Nelson, com o que concordamos, a principal referência analítica dessa corrente, na atualidade, é Hodgson (1988, 2006). É importante salientar que para essa linha analítica – que poderíamos designar de “institucionalismo evolucionário” ou “neo-institucionalistas” ou, como preferem, herdeiros do *original institutional economics*⁶ – o que importa é a forma através da qual as coisas são feitas, e não o conjunto de regras ou a estrutura de governança que as orientam, ou que restringem o comportamento humano. Embora conectadas, tais abordagens institucionalistas (leia-se a NEI X Hodgson) são bastante diferentes. Mais ainda, esta última linha vem se notabilizando por vincular Veblen à Darwin. Esse ponto será mais bem

⁶ Sem procurar esgotar o tema, há uma série de abordagens institucionalistas que degladiam-se, embora, atualmente, tenha ocorrido uma clara linha de convergência. Para efeitos de simplificação dividiríamos os institucionalistas em

explorado na sequência, a partir do livro de Hodgson (2006), intitulada *Economics in the Shadow of Darwin and Marx*.

Nelson salienta que enquanto alguns autores usam o termo instituição para se referir a variáveis abstratas (como a consistência e a percepção jurídica das regras legais em uma sociedade, a moderna pesquisa nas universidades ou o uso generalizado da moeda nas trocas), outros o associam a entidades concretas particulares (como a Suprema Corte dos USA, o sistema de pesquisa na agricultura da Universidade da Califórnia ou o Bank of England). Às vezes, a ênfase do termo está associada a questões comportamentais e legais, outras vezes a “entidades” ou organizações físicas. Consideramos que tal orientação deve pender para o primeiro enfoque, que retoma a tradição de Veblen, que associa instituições ao conjunto de normas, regras, hábitos e sua evolução. O formato “físico” decorre do caráter “abstrato” das regras de comportamento.

Retomando Nelson, ele afirma que em textos sobre sistemas de inovação, em nível nacional, regional e setorial, o termo é usado para se referir a entidades concretas, tais como o que as firmas fazem, quais são os seus padrões cooperação e competição, qual o papel das sociedades técnicas, dos centros de pesquisa e das universidades, qual a relação indústria-universidade, leis de patentes, programas públicos, etc.

1.4. O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO E TECNOLOGIA SOCIAL

Nesse sentido, Nelson & Sampat (2001) propõem definir instituição como a ampla gama de estudos que enfocam o caráter e os fatores que sustentam forma de fazer as coisas em contextos onde as ações e interações entre diferentes agentes determinam o que é obtido. É por isso que o conceito de “tecnologia social” parece mais adequado, tanto porque envolve uma ampla conceituação de atividade econômica, desde sua forma mais padrão, entendida como a forma de se produzir algo, ou, mais genericamente, na produção de algo útil, quanto uma ampla visão que o termo incorpora e sugere. Para Nelson & Sampat, uma atividade ou um conjunto delas – como produzir um rádio, plantar arroz, realizar uma cirurgia, fazer um bolo, começar um novo negócio – envolve um conjunto de ações ou procedimentos que precisam ser feitos, tais como os procedimentos envolvidos na preparação de um bolo. Esses passos exigem insumos particulares e, em alguns casos, equipamentos, infra-estrutura, etc.

três correntes: o Antigo Institucionalismo, o Neo-institucionalismo (que se refere a presente nota) e a Nova

Normalmente, os economistas usam o termo tecnologia para designar procedimentos que precisam ser feitos para se obter certos resultados. Nesse sentido, a tecnologia pode ser entendida com “física”; já a forma como o trabalho é dividido e coordenado constitui a tecnologia “social”. Assim, todas as atividades econômicas envolvem tanto tecnologias físicas como sociais, onde a produtividade e efetividade de uma atividade são determinadas por ambos os aspectos. As tecnologias sociais amplamente empregadas na economia são capacitadas ou restringidas por leis, normas, expectativas, estruturas de governança, e por mecanismos, costumes e modos de organização e de transação. Ou seja, tais fatores sustentam e padronizam determinadas e (específicas) tecnologias sociais e, em contrapartida, podem tornar difíceis, inviáveis e não factíveis outras tecnologias, que são excluídas socialmente. Daí a sugestão em se definir instituições de maneira diferenciada, denotando estruturas e forças que moldam e sustentam, em locais específicos, as tecnologias sociais.

Tal padrão conceitual – qual seja a concepção de tecnologia social e instituições que a sustenta - é absolutamente compatível com a literatura de sistemas de inovação, o que estabelece um vínculo com o pensamento neo-schumpeteriano. O sistema de P&D industrial pode ser visto como um conjunto de atividades relacionadas tanto às tecnologias físicas, quanto às tecnologias sociais. No primeiro caso incluir-se-iam os procedimentos, laboratórios, centros de pesquisa, etc. E, no segundo, a divisão do trabalho entre cientistas e as várias estruturas de coordenação e de direção. A partir daí emergem a organização e as estruturas de governança da pesquisa em laboratórios industriais, que constitui a instituição chave para a capacitação e sustentação da tecnologia social. Segundo Nelson (2008, p. 3):

The relationships between university medical schools and biotech firms that have developed in the United States in recent years involve a complex set of ways of interacting, that is – social technologies – supported by such institutions as a set of beliefs and norms at universities that encourage entrepreneurship, strong patent protection for university “inventions” that exists in this area, the patent and licensing offices that now are a standard feature at universities, and a counterpart set of expectations, norms, and structures at most biotech firms, etc.

Como conclusão, Nelson propõe que as tecnologias sociais possam ser “auto-institucionalizadas” de várias maneiras. Em primeiro lugar, comportamentos de costumes, modos de interação e de organização tendem a ser “auto-reforçados” (*self reinforcing*) porque são

esperados, são familiares, tal que qualquer ação diferente desse padrão pode vir a exigir uma reação inibidora. Em segundo lugar, as tecnologias sociais tendem a existir dentro de sistemas, uma vinculada a outra, autosustentando-se mutuamente. Em terceiro lugar, as tecnologias sociais, como as tecnologias físicas, tendem a progredir e avançar ao longo do tempo, como experiência acumulada, que são divididas de maneira deliberada ou inadvertidamente.

Tal quadro estabelece um padrão de sinergias e de estabilidade que permite à sociedade avançar, ora criando novas tecnologias sociais, ora substituindo as velhas. Por essas razões, reitera-se que a agenda de pesquisa atual deve assentar-se no aprofundamento do papel das instituições e da mudança institucional sobre os rumos do processo de crescimento econômico.

A questão que se coloca aqui é se a sugestão levada a efeito por Nelson de inserir as instituições dentro do conceito de “tecnologias sociais” seria, do ponto de vista conceitual, suficiente para contemplar a desagregação do conceito de instituição. Apesar de concordarmos com sua incursão dentro das abordagens institucionalistas, Nelson pouco esclarece a respeito do papel das instituições. Em realidade, seu conceito de instituição gravita em torno do sistema de P&D e serviria como suporte ao avanço tecnológico. E, mesmo sob uma perspectiva de análise evolucionista, o papel das instituições abrange aspectos bem mais complexos e amplos, do que servir de suporte ao ambiente de inovação e mudança tecnológica. Elas, seguindo a tradição de Veblen que o próprio Nelson destaca, moldam opiniões, crenças e hábitos, mudando o comportamento dos indivíduos, os quais, por sua vez, tomam decisões e criam seus hábitos em consonância com os avanços tecnológicos. E como se viu, Nelson, sob esse aspecto, pouco argumenta. Não há em sua avaliação a ênfase no sentido de incorporar o papel dos indivíduos no processo de mudança institucional e tecnológica. A despeito da relevância do conceito de tecnologia social sobre o ambiente econômico regional e suas características específicas, ele pouco discorre sobre a importância dos indivíduos na definição dos respectivos hábitos, normas e padrões de conduta que lhes são específicos. Daí a importância da contribuição de Hodgson que é discutida na sequência.

2. HODGSON E A ONTOLOGIA EVOLUCIONÁRIA DERIVADA DE VEBLEN

Geoffrey Hodgson, de forma complementar a Nelson, propõe um novo enfoque para a análise institucionalista evolucionária, que reforça a vinculação entre instituições e

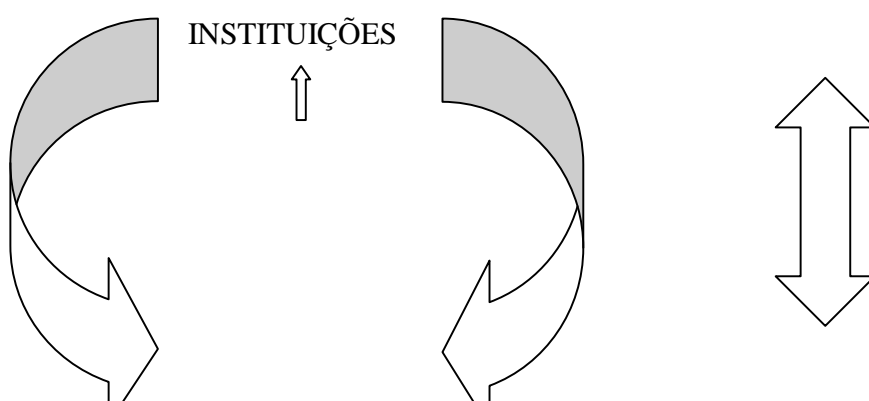
evolucionismo, não apenas a partir da forma de “desagregação” ou desempacotamento reivindicada por Nelson, mas pela proposição de uma nova ontologia evolucionária centrada em Veblen.

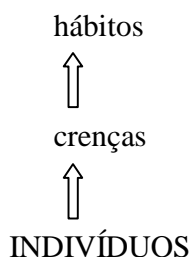
Em outros termos, o caráter evolucionário do processo de crescimento econômico decorre da natureza da relação indivíduos e instituições, que, no plano das propriedades de emergência, estabelece, através do conceito de *reconstitutive downward causation*, hábitos (padrões de conduta, estratégias e decisões) que estimulam o *animal spirit*, no sentido da constituição de instituições compatíveis com a direção em que se delineia o processo de crescimento.

Crescimento se dá no plano mais elevado, das instituições, que estabelece, mas que também é estabelecido, pelo padrão de hábito e conduta dos indivíduos. Esses elementos revelam parte da ontologia a que se refere Hodgson. Mas, para tanto, faz-se necessária uma discussão a respeito das noções darwinianas de causalidade e intencionalidade, que se relacionam com o conceito proposto por Veblen de causação cumulativa, que, aliás, é frequentemente referido no campo da economia institucional. O que Hodgson traz de novo é que essa discussão tem raízes darwinianas profundas e integram o que ele designa de ontologia evolucionária de Veblen. O conceito de *reconstitutive downward causation* integra instituições e indivíduos dentro dessa proposição.

QUADRO 1. *RECONSTITUTIVE DOWNWARD CAUSATION*

(Processo de crescimento)





(Processo de decisão)

2.1. INTENCIONALIDADE E CAUSALIDADE DARWINIANA

Muito se discute no campo da Economia Institucional sobre a importância da “montagem” de um adequado ambiente institucional para o estabelecimento de um sólido, estável, duradouro e relativamente permanente estágio de crescimento econômico e consequente estabilidade macroeconômica. É comum estabelecer-se uma relação de causalidade entre uma e outra. Normalmente sugere-se que a última se constitui, por definição, na condição necessária e suficiente para que o primeiro processo triunfe. Vários autores contemplam, sem questionamentos, essa assertiva, principalmente no campo da teoria convencional dos modelos *standard* (Nelson, 2002). O mesmo preceito pode ser aplicado para alguns autores mais próximos da Nova Economia Institucional (NEI), que aceitam e sugerem que há alguma causalidade ou relação de determinação entre crescimento e estabilidade macroeconômica. Infere-se daí que, para os mesmos, o processo de crescimento econômico é de alguma forma fruto da “intencionalidade” humana, no sentido de trilhar ou perseguir “bons” fundamentos macroeconômicos. Em outros termos, e correndo-se o risco de simplificar demasiadamente a análise, não seria surpreendente deduzir-se que bastaria seguir, normativamente, o “ideal” estabelecido no plano teórico de uma “adequada” teoria econômica para garantir-se o crescimento auto-sustentado e duradouro. Tal perspectiva é bastante previsível e roteirista. Não se discorda que tal prognóstico possa vir a se concretizar, mas sua determinação está longe de ser previsível e materializável.

Essa, a propósito, é também uma questão central suscitada por Keynes em sua Teoria Geral, visto que a incerteza em um campo complexo como a economia é intraduzível em termos probabilísticos, face ao caráter ergódico da realidade econômica e social. A mesma questão da

indeterminação, face à vigência da incerteza, é enfatizada pelos seguidores da antiga tradição institucionalista. Assim, poder-se-ia formular a seguinte questão: há ou não intencionalidade no desencadeamento do processo de crescimento econômico? A intencionalidade dos indivíduos (ou governantes) em direção a tal desígnio garante sua manifestação ou ocorrência? Considera-se que não, visto que inúmeros outros fatores concorreriam para sua emergência. Crescimento econômico é complexo demais para originar-se de maneira apenas intencional. As mudanças institucionais, tecnológicas e sociais devem caminhar simultaneamente e articuladamente na direção desse objetivo, o que não é algo historicamente fácil de obter. Uma vez alcançado um ambiente favorável ao processo de crescimento econômico, engendra-se sistemicamente uma articulação otimista em relação às perspectivas de crescimento, estimulando o *animal spirit* a inserir-se intencionalmente nesse objetivo. Em termos veblenianos, há explicitamente inclusão da questão de intencionalidade, que deriva da causalidade e dos princípios darwinianos de seleção, variação e herança.

A questão que se poderia formular aqui é o que Darwin tem a ver com essa história? De que forma sua concepção estabelece alguma relação com a complexa determinação do processo de crescimento econômico? A resposta envolve uma discussão acerca da noção de crescimento econômico nos institucionalistas e como essa noção se articula com a abordagem de Thorstein Veblen. Nesse sentido, tem sido enfatizada pelas correntes contemporâneas vinculadas a Veblen, sua filiação ao pensamento de Darwin. Resumidamente, o processo de crescimento econômico relaciona-se à maneira como o desenho institucional toma forma em determinado espaço econômico, o qual, por sua vez, é reflexo da forma como operaram os processos de seleção, variação e herança ao longo de sua trajetória evolutiva.

É nesse sentido que as agendas de pesquisa em economia institucional e economia evolucionária vêm se aproximando, tanto metodológica, quanto ontologicamente, se é que foram tão distantes assim no passado. O que as unifica são os princípios darwinianos de seleção, herança e variação, que estão presentes na tradição do antigo institucionalismo de Thorstein Veblen. Assim, o darwinismo vem sendo incorporado às ciências sociais, em geral, e à economia, em particular, a partir de uma releitura da contribuição institucionalista vebleniana, que só agora passa a ser compreendida. A linha de argumentação darwiniana aplicada à “evolução sócio-econômica”, ao não aceitar reducionismo biológico (princípio segundo o qual o

todo é compreendido a partir da descrição das partes que o integram), vem buscando incorporar pressupostos relativos à causalidade e às explicações causais. E isso, ao contrário do senso comum, não implica subestimar, nem ignorar a noção de “intencionalidade humana”: causalidade não implica ausência de intenção. Mas significa que tais pressupostos exigem que a mesma também esteja sujeita à explicação causal.

O termo “economia evolucionária” descreve uma variedade de visões e abordagens que incorporam em algumas delas idéias ou analogias oriundas da biologia. Ocorre que, mesmo entre os que incorporam aspectos da biologia, como é o caso de Nelson e Winter (1982), há relutância em utilizar ou fazer referência a Darwin. A resistência à Darwin nas ciências sociais se dá principalmente porque alguns críticos o opõem à noção de intencionalidade humana, o que caracterizaria uma visão “determinista” e “mecanicista”. Porém, o que caracteriza o darwinismo é o emprego dos mecanismos de variação, seleção e herança, que estão bastante disseminados entre os economistas evolucionários, e que constituem um amplo potencial de aplicação no campo social e econômico, bem como nos fenômenos biológicos. Portanto, sob certas condições, uma ampla e geral versão do darwinismo pode ser aplicada a sistemas complexos, abertos e em evolução, como tem enfatizado autores como Veblen (1919), Campbell (1965), Dawkins (1983) e Hodgson (2002, 2004), conforme o cita Hodgson (2004a).

O referido autor tem se preocupado em explorar algumas das implicações do darwinismo sobre as ciências sociais. Essas se concentram estritamente em questões de natureza ontológica, particularmente relacionadas à causalidade. Causalidade, desde Aristóteles, é identificada segundo quatro tipos: a formal, a material, a eficiente e a final. Antigamente, tal noção assumia uma noção mais ampla do que a dada atualmente, pois incluía aspectos relacionados à natureza, forma e constituição material de um fenômeno, em termos de causas “formais” e “materiais”. Atualmente é adotado um sentido mais restrito da palavra, significando que fatores específicos levam a um efeito. Conforme Jochen Runde (1998: 154, *apud* Hodgson, 2004, p. 177): ‘*a cause of an event [includes] anything that contributes, or makes a difference, to the realisation of that event in one or more of its aspects.*’ Nesse sentido, do ponto de vista mais restrito, Aristóteles distingue causalidade “eficiente” de causalidade “final”, sendo que: a primeira não necessariamente significa “ótima” ou qualquer outro tipo de resultado, mas simplesmente

capacidade de ter um efeito; e a última, também conhecida como *sufficient reason*, tem um caráter teleológico, no sentido de que é dirigida por uma intenção, propósito ou objetivo.

Portanto, para o darwinismo é central que a intencionalidade deva ser capaz de dar explicações em termos de movimentos e transferências. Ou seja, segundo Hodgson (2004a, p. 178):

Intentions are real and intentions are causes but intentions do not require an entirely different notion of causality. The causes of intentions and their causal effects have to be explained, in terms that include the important role of mental prefiguration and judgement. But these mental aspects also involve movements of matter and transfers of energy or momentum, within the brain. They are special causal mechanisms but not an entirely different (teleological) category of cause.

Assim, Darwin não somente proclamou que as espécies evoluíam, mas também apontou para os mecanismos causais da evolução: a ciência envolvia um compromisso com explicações causais. O trabalho de Darwin ao longo de toda sua vida foi marcado pela ambição de estender o campo de “explicação causal” para todas as áreas que eram dominadas por tabus de doutrinas religiosas. Mesmo antes de formular sua teoria de seleção natural, considerava que a origem das espécies humanas e sua capacidade única de reflexão e deliberação racional poderiam, a princípio, ser explicadas pela ciência. Ele rejeitou explicações de fenômenos naturais em termos de projetos, para centrar-se no detalhamento de causas físicas ou “eficientes”, que haviam se acumulado na emergência de fenômenos elaborados durante longos períodos de tempo. Também não acreditava que as variações emergissem espontaneamente, no sentido de surgirem ou aparecerem sem uma causa. Darwin acreditava que tais “variações acidentais” deveriam ser “produzidas por causas desconhecidas” ao invés de incorporar a noção de eventos espontâneos ou sem causa. Ou seja, não acreditava que as variações surgissem sem qualquer causa *apriori*. Para ele, só devido a nossa ignorância, é que elas apareceriam como “espontâneas”. Assim, mesmo quando mecanismos causais fossem ilusórios ou desconhecidos, seria tarefa do cientista tentar desvendá-los.

Darwin sustentou que resultados complexos poderiam ser explicados em termos de uma detalhada sucessão e acumulação, passo a passo, de mecanismos causais, daí a suprema importância da “ação cumulativa da seleção” (Darwin 1859:43 *apud* Hodgson, 2004a, p. 180). Essa sequência de causalidade, aliás, esteve sempre presente na análise vebleniana.

Darwin não apenas argumentou que a seleção natural operava lentamente, mas também sustentou, principalmente, que cada passo era suscetível a explicações causais. Com isso, sua doutrina sustentava, em particular, os mais sofisticados e complexos resultados da evolução, tais como a visão e a consciência humana. Tais fenômenos para Darwin eram suscetíveis de explicações causais, tal que não haveria nem um súbito, nem um milagroso salto na evolução da intencionalidade humana. Nesse sentido, o darwinismo não excluiu a noção de intencionalidade. Segundo Hodgson (2004a, p. 182):

Darwinism brought not only human evolution, but also the human mind and consciousness within the realms of science. Science proceeds by extending the domain of causal explanation. Much of human physiology could be explained by natural selection; Darwinism thus brought the frontier of scientific enquiry to the inner workings of the human mind.

Outra objeção a ser removida a respeito das idéias darwinianas em relação às ciências sociais é que evolução é cega, ignorando a intenção consciente e os planos dos indivíduos. As intenções humanas são parte da realidade social e as interações sociais envolvem expectativas das pessoas ou indivíduos em relação às intenções dos outros indivíduos.

Sob a perspectiva darwiniana, todos os resultados têm de ser explicados de forma vinculada a um processo causal: não há nada teleológico ou orientado por natureza. Tudo deve se submeter às explicações causais em termos científicos. Isso constitui parte da visão teórica e ontológica de Darwin⁷.

2.2. A ÊNFASE DARWINIANA DE VEBLEN NA CAUSAÇÃO

Em *Veblen and Darwinism* (2004), Hodgson afirma que uma série de incompreensões circunda a questão do darwinismo em sua relação com as ciências sociais. E contrariamente ao senso comum, o darwinismo não sustenta nenhuma forma de racismo, nacionalismo ou imperialismo, nem estabelece nenhuma justificativa moral no sentido da sobrevivência dos mais aptos. Mais ainda: darwinismo não implica a inevitabilidade de conflitos entre militantes; nem que as desigualdades humanas de poder sejam inevitáveis; que a cooperação e o altruísmo não

⁷ Ainda segundo Hodgson (2004a, p. 183): “*Darwinism invokes both a theory of natural selection and a universal commitment to causal explanations. This brings us right back to the aforementioned central lacuna in social theory – the widespread failure to provide an adequate causal explanation of human intentionality and human motives*”.

sejam importantes ou não sejam naturais; que a evolução sempre leve à otimização ou ao progresso; que os fenômenos sociais possam ou devam ser explicados em termos seus gens tomados isoladamente; que as intenções humanas não sejam importantes; ou que a ação humana seja cega ou mecanicista (Hodgson, 2004, p. 345). Isto porque:

Above all, Darwinism means causal explanation, where a cause is understood as necessarily involving transfers of matter or energy. Divine, spiritual, miraculous or uncaused causes are ruled out. Explanations of outcomes are in terms of connected causal sequences. In addition, Darwinism upholds that the evolution of organisms and complex systems involves the mechanisms of variation, inheritance and selection.

Veblen compreendeu e endossou os princípios de causalidade que foram fundamentais ao darwinismo. Para Veblen, a rejeição darwiniana da teleologia se tornou a base necessária de um científico e ‘pós-darwiniano’ *approach* para a economia e para a ciência social. Há uma abundante evidência de que Veblen compreendeu o darwinismo, em sua maior parte, como, fundamentalmente, sendo um compromisso no detalhamento e análise sequencial causal. Em Hodgson (2004) há uma série de citações extraídas dos escritos de Veblen que confirmam isto. Embora Darwin não utilizasse o termo “causação cumulativa” ele é importante para sublinhar a forma pela qual Veblen o via como vinculado ao darwinismo. Por exemplo, em 1907, (Veblen, 1907, p. 304 *apud*, Hodgson, 2004, p. 346) escreveu que:

“ (...) in the Darwinian scheme of thought, the continuity sought in and imputed to the facts is a continuity of cause and effect. It is a scheme of blindly cumulative causation, in which there is no trend, no final term, no consummation. The sequence is controlled by nothing but the vis a tergo of brute causation, and is essentially mechanical.”

Enquanto Veblen cunhava o termo causação ‘cumulativa’, utilizava-o primeiramente para se referir às seqüências cumulativas de causa e efeito. Assim como ocorre para outros autores, o termo ‘causação circular’ leva a diferentes significados, que, em linguagem moderna, poderia associar-se a processos não-lineares de retornos positivos. Por exemplo, em seu clássico artigo sobre ‘retornos crescentes’ Allyn Young (1928, p. 533 *apud op. cit*) escreveu que: ‘*changes becomes progressive and propagates itself in a cumulative way*’. Nicholas Kaldor, um de seus estudiosos, tornou extensivo o uso da noção de feedback positivo da ‘causação cumulativa’ de Young (Kaldor, 1985 *apud op. cit*). Gunnar Myrdal de maneira independente também levou a idéia de causação cumulativa para os mecanismos de *feefback* positivos para a economia monetária do colega sueco economista Knut Wicksell.

Veblen empregou a idéia de uma cadeia histórica sem quebra de causa e efeito para minar os pressupostos do *mainstream* econômico. O uso feito por ele sobre as injunções metodológicas darwinianas levaram-no a uma poderosa crítica. Isto porque para Veblen, definitivamente, o agente humano era um assunto de um processo evolucionário, e jamais poderia ser tido como fixo ou dado. Portanto, uma avaliação causal da interação entre indivíduo e estrutura social tinha que ser providenciada. E esse “acerto de contas” causal não deveria parar no indivíduo, mas deveria também tentar explicar a origem dos objetivos e preferências psicológicas.

Para Veblen, o problema com o *mainstream* econômico era que o mesmo não forneceu uma explicação causal e evolucionária nem do “homem econômico racional”, nem de sua dada função de preferência. Como a racionalidade e as preferências apareceram na evolução humana? Que causas e processos eles trouxeram? Como e quando elas se formaram no desenvolvimento de cada indivíduo humano? Para Veblen, a fuga desses princípios evolucionários seria algo impossível de ser aceita analiticamente. Assim, o darwinismo significou não somente a crítica na intervenção Divina, mas também a rejeição das funções de preferência concebidas imanentemente. Como resultado, a hipótese universal da economia neoclássica de uma passiva e substancialmente inerte e imutavelmente dada natureza humana (Veblen, 1898b, p. 389, *apud* Hodgson, 2004, p. 247) tinha que ser criticada.

A posição de Veblen, de forma retrospectiva, é, para Hodgson (2006, p. 6) estritamente moderna no contexto dos desenvolvimentos recentes na filosofia, psicologia, sociologia, antropologia e economia. A posição de Veblen é muito mais viável hoje, enquanto melhoramentos e avanços adequados são realizados, incluindo a substituição da filosofia kantiana de Veblen por uma forma mais adequada de realismo.⁸

A maior parte das proposições que compõem os “fundamentos filosóficos do institucionalismo vebleniano” são ontológicas e referentes à natureza do ser social, envolvendo

⁸ Hodgson (2004, pp. 246-247) avança nesse sentido ao sugerir vinte e sete proposições fundamentais do institucionalismo de Veblen. Em sentido crítico, ele identifica seis proposições básicas negativas do institucionalismo de Veblen, que inclui a rejeição ao positivismo, ao individualismo metodológico e ao coletivismo metodológico, desde que adequadamente definidos. Além disso, para Hodgson, Veblen endossa treze proposições básicas positivas adicionais (incluindo o princípio da causação universal, o princípio da explicação evolucionária, e a idéia de *reconstitutive downward causation*). Em conjunto, essas dezenove proposições não são suficientes, fazendo-se necessários elementos-chave adicionais. Segundo ele, porém, como esses elementos adicionais: “ (...) *were unclear, underdeveloped or absent in Veblen’s works*’ I add a further eight propositions (including a layered ontology and an explicit focus on emergent properties) that are ‘vital for a Veblenian theoretical system rebuilt on

causalidade, evolução, pensamento populacional darwiniano e muito mais. Assim, o institucionalismo vebleniano, tanto na sua forma original, quanto na ressuscitada, pode reivindicar uma ontologia particular. Ela contrasta com muitos outros *approaches* encontrados nos heterodoxos e no *mainstream*. Por exemplo, a visão de Veblen em relação à fundação instintiva da inteligência contrasta com as visões predominantes dos cientistas sociais heterodoxos e ortodoxos, que vêem o instinto e a inteligência como sendo opostos. Além disso, a insistência de Veblen no sentido de que as hipóteses relativas às capacidades humanas radicais tenham que ser consistentes com as explicações evolucionárias, em termos darwinianos, também está ausente na maior parte do pensamento *mainstream* e heterodoxo. Embora Veblen não tenha desenvolvido e solucionado uma adequada ontologia social propriamente dita, sua instância geral darwiniana e evolucionária aponta para uma ontologia potencialmente fértil assentada em futuros trabalhos teóricos. Em parte, a abordagem vebleniana ressuscitada enfoca-se na natureza algorítmica e incremental da tomada de decisão. Sua orientação se dá em direção aos processos antes do que ao equilíbrio. Tanto a realidade social, quanto as capacidades individuais são concebidas em termos dos vários sistemas de regras processuais. Seguindo Veblen, tais sistemas de regras são substituídos dentro de estruturas darwinianas generalizadas, onde os princípios de variação, retenção e seleção são usados para ajudar a explicar sua evolução.

É nesse sentido que Hodgson (2006) propõe a noção de *reconstitutive downward causation*, como elemento fundamental à definição dos hábitos, que constituirão o arcabouço institucional ⁹. A proximidade teórica com North (Hodgson, 2007, p. 330) - que também reconhece a importância dos modelos mentais, que levam à estrutura econômica e, finalmente, às instituições - sugere uma convergência entre o novo e o antigo institucionalismo, que reabilita o conceito de preferências endógenas e a importância da racionalidade individual, formada cultural

emergentist foundations' (Hodgson, 2004, p. 247)." Assim, nessas vinte e sete proposições, ele esquematiza parte dos fundamentos filosóficos do institucionalismo vebleniano.

⁹ Segundo Hodgson (2004, p. 331-332): "*Institution are enduring systems of socially ingrained rules. They channel and constrain behavior so that individuals form new habits as a result. People do not develop new preferences, wants or purposes simply because "values" or "social forces" control them. Instead, the framing, shifting and constraining capacities of social institutions give rise to new perception and dispositions within individuals. Upon new habits of thought and behavior, new preferences and intentions emerge. As a result, shared habits are the constitutive material of institutions, providing them with enhanced durability, power and normative authority. (...) Habits are formed through repeated thoughts or behaviors in a specific type of social setting. Habits are individual neural connections and mechanisms, but they bear a social imprint. Reconstitutive downward causation, from specific social structure to individual, operates by creating and molding habits.*"

e institucionalmente. Esses pontos reforçam a existência de uma ontologia evolucionária vebleniana.

Daí a proposição de Hodgson de que esses e outros elementos coincidem com uma mudança de *gestalt* nas ciências sociais, fora das concepções de mudança incremental e de equilíbrio (onde qualquer coisa potencialmente colide com outra), para uma noção de interconectividade dentro dos sistemas sociais, composta essencialmente de estruturas e processos algorítmicos de regras (Hodgson, 2006, p. 8). Por conta dessa nova *gestalt*, e, mais particularmente, devido aos recentes desenvolvimentos do novo institucionalismo, bem como do velho, o que emergirá como “economia institucional”, nas próximas décadas, pode tornar-se muito diferente do que predominou nos anos 80 e 90, delineando uma genealogia com o velho, bem como com o novo institucionalismo.

3. CONCLUSÃO

O que a discussão levada a efeito nesse texto permite concluir é que tanto a agenda de pesquisa de Nelson, quanto a de Hodgson, têm permitido avançar no campo da economia institucional e evolucionária rumo a uma depuração do termo instituição. Por conta disso, vem emergindo um novo corpo analítico que revitaliza, em moldes contemporâneos, a ideário institucionalista esboçado por Veblen há pouco mais de um século.

A contribuição de Nelson reconhece a importância das várias abordagens institucionalistas, mas reitera que seu “desempacotamento” é decisivo para estabelecer avanços analíticos. E esses se dariam, no sentido de tentar contemplar mais adequadamente o espectro de mudanças tecnológicas e institucionais que se sobrepõem, à medida que o processo de crescimento avança. Assim propõe uma aproximação das instituições aos setores ligados à mudança tecnológica e seu desenvolvimento, que, em última instância, definiriam o perfil dos novos paradigmas tecnológicos.

Hodgson vem se detendo, teoricamente, em estabelecer uma aproximação maior do conceito de instituição ao legado de Veblen, onde o mesmo deve necessariamente estar inserido em um ambiente analítico que contemple os indivíduos, seus hábitos, normas e padrões de conduta. Tal tarefa não é simples, pois exige a inclusão na análise de um ambiente de complexidade que contemple, e de forma interativa, todos esses conceitos. Por isso propõe que se

avance no sentido da compreensão da noção de evolução, que tem em Veblen importante fonte teórica da aplicação dos princípios darwinianos às ciências sociais. Por essa razão, sugere que a relação entre o conceito de instituição e o processo de mudança (e, conseqüentemente, de crescimento) opere em um ambiente evolutivo. Mas, para tanto, deve-se avançar na proposição de uma ontologia vebleniana, que contemple as relações de causalidade cumulativa que expliquem tais movimentos. E o preenchimento dessa lacuna só será possível mediante o avanço das novas linhas de pesquisa no campo de economia evolucionária e institucional centradas na mencionada ontologia.

REFERÊNCIAS

- Hodgson, Geoffrey M. (1988) *Economics and Institutions: A Manifesto for a Modern Institutional Economics*, Polity Press and University of Pennsylvania Press, Cambridge and Philadelphia.
- (1993) *Economics and Evolution: Bringing Life Back Into Economics*, Polity Press and University of Michigan Press, Cambridge UK and Ann Arbor MI.
- (2000) “What Is the Essence of Institutional Economics?,” *Journal of Economic Issues* 34.2: 317-329.
- (2004) “Veblen and Darwinism,” *International Review of Sociology/Revue Internationale de Sociologie*, Cambridge University, Vol. 14, No. 3.
- (2004a) “Darwinism, causality and the social sciences” *Journal of Economic Methodology* 11:2, 175–194. Jun.
- (2006) *Economics in the Shadows of Darwin and Marx: Essays on Institutional and Evolutionary Themes*, Edward Elgar, Cheltenham.
- (2006a) “What Are Institutions?” *Journal of Economic Issues* 40.1: 1-25.
- (2007) “The Revival of Veblenian Institutional Economics,” *Journal of Economic Issues* 41.2: 325-340.
- Lawson, T. (1997) *Economics and Reality*, Routledge, London and New York.
- (2005) “The Nature of Institutional Economics,” *Evolutionary and Institutional Economics Review* 2. 1: 7–20.
- (2006) “The nature of heterodox economics,” *Cambridge Journal of Economics* 30: 483–505.
- Nelson, Richard R. and S. G. Winter (1982) *An Evolutionary Theory of Economic Change*, Harvard University Press, Cambridge, MA.
- and Winter, Sidney G. (2002). “Evolutionary Theorizing in Economics”. *Journal of Economic Perspectives*. V. 16, n. 2, p. 23-46, Spring, 2002.
- Nelson, Richard R. (1995) “Recent Evolutionary Theorizing About Economic Change,” *Journal of Economic Literature* 33.1: 48–90.
- . (1998). “The agenda for growth theory: a different point of view”. *Cambridge Journal of Economics*. v. 22, p. 497-520.

- & Sampat, Bhaven (2001). “Las instituciones como factor que regula el desempeño económico”. *Revista de Economía Institucional*. N° 5, Segundo Semestre.
- (2002) “Bringing institutions into evolutionary growth theory”. *Journal of Evolutionary Economics*. Springer -Verlag. v. 12, p. 17-28.
- (2008). “What enables rapid economic progress: What are the needed institutions?”. *Research Policy*, 37, p. 1-11.
- North, Douglass C. (1990) *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York, Cambridge University Press.
- (1991) “Institutions,” *Journal of Economic Perspectives* 5.1: 97–112.
- (1994) “Economic Performance Through Time,” *American Economic Review* 84.3: 359–367.
- (2005). *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton and Oxford, Princeton University Press, 2005.
- Veblen, Thorstein B. (1898) “Why Is Economics Not an Evolutionary Science?” *Quarterly Journal of Economics* 12.3:373-397.
- Williamson, Oliver E. (1985). *Las instituciones económicas del capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica.
- , Oliver E. (1995). Hierarquies, Markets and Power in the Economy: An Economic Perspective. *Industrial and Corporate Change*. v. 4, n. 1, p. 21-49.